**ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO DO PROFESSOR**

**Raimunda Almeida Silva Sousa** – raymunda-25@hotmail.com

Graduanda do curso de Pedagogia na UEMASUL

**Resumo:** Atualmente inúmeros debates são feitos acerca das contribuições da estrutura física escolar para o processo de ensino-aprendizagem. Um desses debates é a perspectiva da universalização da escola em tempo integral, fator que está estreitamente ligado à qualidade da estrutura física escolar oferecida. Tal mudança de compreensão da educação só se tornou possível, após a criação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei n° 9.394/96, que alterou o olhar existente sobre a educação brasileira. Nesse processo partimos da seguinte problemática: como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino aprendizagem na concepção do professor? Diante disso, tem-se objetivo geral: Analisar como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino-aprendizagem na concepção do professor. Como objetivos específicos: Analisar a estrutura física da escola de Educação Infantil; Identificar os limites e possibilidades vivenciados pelos professores de Educação Infantil mediante a estrutura física da escola; Identificar as implicações da estrutura física no processo ensino-aprendizagem do aluno na concepção do professor. Como metodologia esta pesquisa será de campo, com abordagem qualitativa em que os sujeitos serão três professores selecionados pelos critérios e tempo de experiências na docência e como instrumentos será utilizada a entrevista semiestruturada, a observação do espaço e do ambiente físico da escola. É importante ressaltar que se trata de um projeto e/ou pesquisa, logo o mesmo se encontra em andamento, sendo assim está sujeito a mudanças tendo em vista que a pesquisa de campo ainda não foi possível realizá-la.

**Palavras-chaves:** Estrutura Física. Educação Infantil. Ensino-aprendizagem.

**1INTRODUÇÃO**

O espaço escolar é um lugar composto por vários ambientes que atendem diversos sujeitos, devendo servir, sobretudo as necessidades dos educadores e estudantes, que realizam atividades de ensino e aprendizagem. Esse ambiente deve ser um local propício a novas descobertas, que permitam inúmeras possibilidades para o desenvolvimento coletivo, principalmente para os alunos.

Mediante as políticas educacionais que veem se estabelecendo no cenário da educação, novas discussões ganham ênfase como a estrutura física escolar. A escola, como muitos pensam, não é apenas o espaço físico. Para que sua finalidade seja cumprida se faz necessário uma boa estrutura física, que se adeque as necessidades do público que irá frequentá-la. Nesse sentido, a estrutura deve proporcionar acessibilidade, praticidade, conforto, segurança e respeito aos padrões sociais e culturais.

Atualmente inúmeros debates são feitos acerca das contribuições da estrutura física escolar para o processo de ensino-aprendizagem, buscando melhorar a qualidade do ensino ofertado, assim como, direcionar os caminhos que devem ser percorridos. Um desses debates é a perspectiva da universalização da escola em tempo integral, fator que está estreitamente ligado à qualidade da estrutura física escolar oferecida.

A motivação pela pesquisa surgiu a partir dos momentos de observações realizadas nas disciplinas de Prática na Dimensão Educacional e Prática na Dimensão Escolar, em que se tornou perceptível algumas implicações ocasionadas pela falta de espaço e a não adequação do ambiente escolar ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Outra problemática também relacionada à estrutura física escolar é a precarização do espaço educacional no início do processo formal de educação e suas consequências ao longo da vida escolar. Tal mudança de compreensão da educação só se tornou possível, após a criação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei n° 9.394/96, que alterou o olhar existente sobre a educação brasileira.

É, portanto, a partir dessa nova legislação que alguns setores da educação passam também a ganhar destaque, como a Educação Infantil, que se constitui no espaço de primeiro contato do sujeito com o ambiente escolar. Se caracterizando pelo começo do processo formal de educação a crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino-aprendizagem na concepção do professor. Nesse processo partimos da seguinte problemática: como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino aprendizagem na concepção do professor?

Para tanto, buscamos informações em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Diante desse aporte teórico será possível fazer uma reflexão sobre as implicações que a estrutura física do ambiente escolar exerce sobre o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que a estrutura física pode ou não contribuir para o desenvolvimento como o interesse dos mesmos.

Este trabalho, portanto, busca ampliar os diferentes olhares sobre a Educação Infantil no que diz respeito à estrutura física escolar, tendo em vista o cuidar e ensinar como foco do contexto educativo, que demanda a integração e a socialização de vários campos do conhecimento pertinentes ao processo educativo. Dessa forma, definimos como questões norteadoras as características da estrutura física da escola de educação Infantil; os limites e possibilidades vivenciados pelos professores de educação Infantil mediante a estrutura física da escola e as implicações da estrutura física no processo ensino-aprendizagem do aluno na concepção do professor.

**2 PROBLEMA**

Como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino-aprendizagem na concepção do professor?

**3 OBJETIVOS**

**3.1 Objetivo geral**

- Analisar como a estrutura física da escola de Educação Infantil implica no processo ensino-aprendizagem na concepção do professor.

**3.2 Objetivos específicos**

- Analisar a estrutura física da escola de Educação Infantil;

- Identificar os limites e possibilidades vivenciados pelos professores de Educação Infantil mediante a estrutura física da escola;

- Identificar as implicações da estrutura física no processo ensino-aprendizagem do aluno na concepção do professor.

**4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

**4.1 A Estrutura Física Escolar**

Ao longo da História da Educação, o espaço físico e social da escola tem sido compreendido de diferentes formas, resultando em discussões acerca dos aspectos que devem ser melhorados a fim de se alcançar uma educação de qualidade. Para tanto alguns debates têm questionado a importância da estrutura física escolar, para o sucesso do processo ensino aprendizagem do educando, embora, a escola não seja apenas o prédio ou a estrutura física, esse elemento torna-se essencial.

Nesse sentido, a estrutura pode ser compreendida como todo e qualquer elemento que compõe a edificação de um todo, é normalmente como se chama o conjunto de prédios e salas de uma organização; seja ela comercial ou residencial. Por exemplos: pilares, vigas, paredes, fundação e cobertura. Assim, existem diferentes tipos de estrutura como: estruturas metálicas, estruturas de concretos, estrutura organizacional, operacional, funcional etc.

Mediante a isso, a estrutura precisa ser projetada para atender a todos os objetivos da instituição, tornando-se necessário que sempre haja uma atenção voltada para a disposição da estrutura física adequada. O espaço físico escolar é o lugar em que o educando passa a maior parte do seu tempo, na busca de desenvolver o seu processo ensino aprendizagem. Desse modo, Rios (2011), afirma:

Escola bonita não deve ser apenas um prédio limpo e bem planejado, mas um espaço no qual se intervém de maneira a favorecer sempre o aprendizado, fazendo com que as pessoas possam sentir-se confortáveis, e consigam reconhecê-lo como um lugar que lhes pertence.

Sendo assim, a estrutura física de uma sala de aula deve proporcionar uma melhor possibilidade para a aprendizagem do aluno. Pois, será nesse espaço em que se estabelecerá o ponto de ligação entre o professor e seu aluno, nela se produz conhecimento vivo, se cria novas ideias e também se constrói novas identidades. Conforme, Escolano (2001, p. 26),

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Por isso, todo espaço escolar seja público ou privado precisa ser pensado, bem localizado, bem estruturado e planejado de modo que venha oferecer qualidade, conforto, segurança e praticidade. Pois, uma boa estrutura física, contribui significativamente para o trabalho executado na escola, refletindo principalmente na aprendizagem do aluno.

**4.2 A Educação Infantil**

A educação envolve e engloba inúmeros elementos que contribuem e afetam diretamente o ensino aprendizagem do educando. Nesse sentido, desde o começo do processo educacional, que se inicia na Educação Infantil, é necessário adotar os devidos cuidados com a preparação e produção da estrutura física escolar que irá receber a criança.

A Educação Infantil de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil pode ser definida como:

A primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

A Educação Infantil é então o primeiro contato formal da criança com a educação, devendo ser gratuita e pública. Contudo, historicamente nem sempre foi garantida desse modo.

No Brasil a Educação Infantil, há mais de um século, vem sendo tida como essencial, tendo suas primeiras iniciativas de atendimento ainda no século XIX, quando foi criado o Primeiro Jardim de Infância no Paraná, a Roda dos Expostos na Bahia e o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro. Segundo Paschoal e Machado (2009, p. 83),

[...] o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro criado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha como objetivos não só atender às mães grávidas pobres, mas dar assistência aos recém-nascidos, distribuição de leite, consulta de lactantes, vacinação e higiene dos bebês. Foi considerada umas das entidades mais importantes, mormente por ter expandido seus serviços por todo o território brasileiro.

As origens da atual Educação Infantil estão enraizadas no assistencialismo e amparo a mães que não possuíam estrutura e condições financeiras para cuidar de seus filhos. Porém, essa concepção se modificou com os avanços educacionais, principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n° 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

Entretanto, a primeira legislação que passou a regulamentar a educação pré-primária, que se tornaria a Educação Infantil foi a Lei n° 4.024/61 de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas, acabava por se eximir da obrigatoriedade de garantia do acesso à educação a população, porém legislava em dois capítulos sobre a sua organização. Posteriormente novas mudanças educacionais foram definidas com a Lei n° 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, mas, em nada definiam para a Educação Infantil.

Contudo, somente na década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, haveria uma nova perspectiva para o atendimento à criança no que competia a sua educação, definindo o papel do Estado. Especificamente, no Art. 208, inciso IV, é estabelecido que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola, às crianças de zero a seis anos de idade”, atualmente de 0 a 5 anos, reconhecendo como direito da criança o acesso à educação desde os primeiros meses de vida. Assim,

[...] o atendimento à criança num estabelecimento de educação infantil promove o seu desenvolvimento cognitivo, social e a formação da sua personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior (OLIVEIRA E GALLO, 2010, p. 13).

Em 1990, através da Lei n° 8.069/90 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificando melhor os direitos, bem como os princípios que devem nortear às políticas de atendimento a criança, como ao adolescente. Sendo determinado que creches e pré-escolas façam parte dos direitos da criança à educação, art. 54, inciso IV. (Brasil, 2003).

Em seguida, foi aprovado a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da Lei Federal nº 8.742/93, que estabelecia a proteção à infância e o amparo às crianças e adolescentes carentes, definindo também as competências dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, econômicas e sociais. Em seu Art. 2, que “[...] b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes”, tal condição, colocava o direito da criança enquanto assistencialismo.

Convém salientar, que somente com a criação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei n° 9.394/96, que a Educação Infantil teria o seu grande ápice de mudanças e transformações. Atualmente a Educação Infantil avança e passa a configurar-se como primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 05 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**4.3 A Estrutura física escolar da Educação Infantil**

No Brasil, toda a história do atendimento a criança vem sendo discutida com relevância com o intuito de encontrar soluções que possa melhorar a qualidade do ensino e da construção dos ambientes físicos destinados a Educação Infantil. É bom lembrar que na promulgação da LDB em 1996 foi criada uma frente orçamentaria para garantir a construção e conservação dos futuros prédios escolares, nela define-se também os objetivos e critérios de qualidades desses espaços destinados a educação da criança de 0 a 6 anos. Para tanto são destinados subsídios no orçamento da educação.

É importante salientar que para ofertar uma educação de qualidade a essas crianças é preciso primeiro pensar no ambiente construído, no direcionamento das atividades pedagógicas e recreativas, na formação dos valores, no respeito, nos serviços básicos como (água, esgoto sanitário, energia elétrica e rede de telefone ), serviços esses necessários para o acolhimento da criança, tendo em vista que a estrutura física da escola pensada como um lugar em que se expande as atividades educativas venha atender as necessidades dos usuários, sendo fundamental para o bom desenvolvimento do aluno.

De acordo com os Parâmetros Básicos de infraestrutura para as instituições de Educação infantil,

A construção de uma unidade de Educação Infantil demanda planejamento e envolve os estudos de viabilidade, a definição das características ambientais e a elaboração do projeto arquitetônico, incluindo o projeto executivo, o detalhamento técnico e as especificações de materiais e acabamentos (BRASIL, 2006, p. 07).

Desse modo, entende-se que a estrutura física da escola de Educação Infantil precisa conter em suas particularidades segurança conforto e qualidade afim de que as pessoas possam conviver, e relacionar-se numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, atendendo o espaço pedagógico, o social e o ecológico. Pois ela precisa conter e está contida por todos os elementos.

Por outro lado, mesmo com toda a preocupação que já vem acontecendo desde o final do século XIX, em relação a qualidade da estrutura física escolar da Educação Infantil e de estar definido na legislação educacional brasileira as normas de organização e instalações bem como os critérios de qualidades de infraestrutura, muitas das instituições de Educação Infantil ainda não atendem esses critérios ordenados. Visto que em pleno século XXI, encontra-se instituições funcionando sem oferecer os serviços básicos necessário e de forma precária, conforme o PNE (Brasil, 2001) “Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças”. Isso se dar por conta das estruturas físicas terem sido adaptadas, ou seja, muitas dessas instituições eram residências e foram transformadas em escolas sem nenhuma preocupação com os devidos cuidados que se deve oferecer ao acolhimento dessas crianças.

A partir do momento que a criança passa a ser reconhecida como sujeito do processo e principal usuário do ambiente educacional, considera-se necessária a identificação dos parâmetros essenciais de ambientes físicos; sendo eles: *parâmetros-contextuais, ambientais, funcionais*, *estético-compositivos e técnico-construtivos*. Através deles são estabelecidas as exigências para a realização do projeto e a construção do mesmo como: *aspectos*, *característica, condições, relações, alternativas possibilidades e organização.* Todo esse contexto deve ser levado em consideração para a criação e a construção dos espaços/lugares que serão oferecidos às crianças.

É comum que as construções escolares sigam padrões determinados pela secretaria de educação. Esses padrões encontram se em documentos presente na vigente legislação e visam orientar critérios de qualidade de infraestrutura. A primeira decisão a ser tomada nesse caso é o estudo do local, das condições, do clima, de tudo que seja essencial na realização e construção de uma boa estrutura física, afim de que todos se sintam confortáveis e seguros. A partir desse processo vem-se a organização do espaço e do tempo, a qualidade do material a ser usado na construção, bem como o material pedagógico, o acesso, as circunvizinhanças todo e qualquer objeto que venha contribuir para o bom desenvolvimento e o bom funcionamento dessa unidade.

Toda essa análise tem como objetivo oferecer um ambiente de qualidade que traga contribuições favoráveis para que o educador possa desenvolver suas atividades praticas e o aluno suas aprendizagens, tendo uma boa relação entre criança-criança e criança-educador. De acordo com as normas apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2000, p.10):

A localização, acesso, segurança, meio ambiente, salubridade, sane­amento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com a diversidade climática regional, dizendo ainda que os es­paços internos e externos deverão atender às diferentes funções da instituição de Educação Infantil.

Nesse processo, os aspectos apresentados são de suma importância para a eficácia do processo ensino-aprendizagem uma vez que tal conjunto exerce participação direta no desenvolvimento da criança e no trabalho do educador.

**5 METODOLOGIA**

Esta pesquisa será de campo onde realizar-se-á em uma escola da rede municipal de Educação Infantil no município de Imperatriz/MA localizada na rua dos tucanos nº 2304, bairro santa Inês. Para Severino (2007, p. 123):

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

A presente pesquisa será norteada pela abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (1986 p. 11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Neste sentido, os sujeitos serão três professores selecionados pelos critérios de formação e o tempo de experiências na docência.

Como instrumentos de coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada. Segundo Triviños (2007, p. 146):

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipótese, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruta de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Além disso, entende se a necessidade de utilizar-se da observação do espaço para que os dados sejam compreendidos e venha contribuir com os resultados relevantes da pesquisa. Vai ser observado o espaço da sala de aula e o pátio de recreação, o ambiente físico da escola. Conforme Triviños (2007, p.153); “Observar”, não é simplesmente olhar, observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.)”. Portanto é necessário e indispensável uma atenção voltada para os questões básicas como também para todo o conjunto do ambiente.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos estudos realizados e das informações encontradas a partir de refências bibliográficas sobre a infraestrutura para instituições da Educação Infantil, tem-se uma noção sobre a importância das estruturas físicas educacionais para o ensino-aprendizagem das crianças. Nesse caso todo o conjunto arquitetônico de infraestrutura precisa de métodos e instruções das condições ambientais considerando principalmente o acesso, assim “A construção de uma creche ou pré-escola exige um compromisso de interdisciplinaridade por parte dos profissionais envolvidos” (BRASIL, 2006, p. 15). Para tanto faz se necessário que educadores, engenheiros, arquitetos e profissionais da educação e saúde estejam comprometidos no planejamento das construções e na organização e reformas dos espaços designado a Educação Infantil.

Portanto conclui-se que todo e qualquer ambiente construído para a realização das atividades educativas dentro dos padrões de qualidades traz contribuições tanto para o educador quanto para a criança. O mesmo vem valorizar e persuadir na capacidade espontânea e criativa e na forma de aprender, ou seja, cada criança tem características e interesses próprios, formas individuais de aprendizagem.

Desse modo, é de fundamental importância a organização dos espaços internos e externos das creches e pré-escolas, bem como uma boa estrutura do espaço físico, uma vez que neles se promovem oportunidades, interações, experiências, etc. Sendo assim faz se necessário o desempenho de todos para se obter êxito na realização das atividades, na organização do ambiente e na qualidade do ensino, tendo como principal objetivo promover descobertas, explorar a criatividade e oferecer desafios. Visto que o ambiente escolar é reconhecido como elemento fundamental e significativo para uma educação de qualidade, e a Educação Infantil enquanto área de conhecimento é a principal e a mais importante no desenvolvimento da criança.

É importante ressaltar que se trata de um projeto e/ou pesquisa, logo o mesmo se encontra em andamento, sendo assim está sujeito a mudanças tendo em vista que a pesquisa de campo ainda não foi possível realizá-la. Desse modo ao refletir sobre o ambiente escolar como lugar em a criança passa boa parte do tempo e de como esse espaço influencia no desenvolvimento cognitivo da criança, conclui se a necessidade de se ter uma boa estrutura física do espaço destinado ao primeiro contato do sujeito com o ambiente escolar, é fundamental e imprescindível para o processo de formação e interação entre criança-criança e criança-educador, bem como para o ensino-aprendizagem de ambos.

**6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cronograma de Execução de Atividades do Projeto – Mar./Jul. de 2018 | | |
| Atividades | Mês | | | | | | | | | |
| 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 |
| 01 Escolha e delimitação do tema | X |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 02 Elaboração do projeto de pesquisa | X | X | X |  |  |  |  |  |  |  |
| 03 Apresentação do projeto |  |  |  | X |  |  |  |  |  |  |
| 04 Revisão de literatura | X | X | X |  |  |  |  |  |  |  |
| 05 Entrega para o orientador |  |  |  | X |  |  |  |  |  |  |
| 06 Elaborar os instrumentos da coleta de dados |  |  | X |  |  |  |  |  |  |  |
| 07 Realizar a pesquisa de campo |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 08 Analisar e interpretar os dados |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 09 Estruturar a relação preliminar |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 10 Redigir o texto definitivo |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 11 Revisar o texto definitivo |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 12 Apresentar o resultado perante uma banca |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

**Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: 2010

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

**Diretrizes Operacionais para Educação Infantil**. Brasília: 2000

FRAGO, Antônio Vñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

LDB Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LÚDKE, Manga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**; Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Lucia Vernaschi; GALLO, Alex Eduardo. **Ação Docente na Educação** **Básica**. Maringá- PR, 2010.

PNE Plano Nacional de Educação, Brasilia: 2001

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da** **Educação Infantil no Brasil:** Retrocessos e Desafios Dessa Modalidade Educacional; **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n 33 p.78-95, Mar-2009-ISSN: 1676-2584

RIOS, Terezinha Azeredo; **O Espaço Físico da Escola é um Espaço Pedagógico**; Revista Nova Escola publicação 01 de maio de 2011. Disponível em https//gestãoescolar.org.br/conteúdo/476. Acessado em 03 de Maio de 2018 as 16:00h.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico:** 23ª Ed. revista e atualizada. São Paulo: ed. Cortez, 2007.

TRIVÑOS, Augusto Nibaldo Silva, **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2007.